

A QUESTÃO POLÍTICA DOS INTELLECTUAIS: AS "ELITES" DIRIGENTES NOS QUADERNI DEL CARCERE DE A. GRAMSCI

Luciana Aliaga¹

RESUMO

A teoria das elites, formalizada por G. Mosca e V. Pareto no final do séc. XIX traz em seu bojo a naturalização das diferenças sociais porquanto define as elites governantes a partir de qualidades intrínsecas, isto é, por meio de atributos individuais. Destarte, a passividade torna-se uma característica essencial das massas. Como veremos, tais formulações conduziram a uma concepção estática da história, na qual as revoluções apareciam como “fenômenos transitórios de perturbação do equilíbrio social, causados pelo repentino substituir-se de uma classe dirigente por outra”, sem, por isto, tornar a sociedade igualitária. Estas concepções fincaram profundas raízes na cultura italiana, onde se forma política e intelectualmente A. Gramsci. Por esta razão, ao tratar do tema da direção do movimento operário, o comunista sardo não pôde esquivar-se destas proposições essencialistas da sociologia positivista italiana. Neste artigo pretendemos apresentar o modo como Gramsci reelabora criticamente o problema das elites dirigentes no interior da “questão política dos intelectuais”.

Palavras-chave: teoria das elites, intelectuais, marxismo italiano, unidade teoria-prática.

THE INTELLECTUALS POLITICAL MATTER: THE HEAD "ELITES" IN A. GRAMSCI'S QUADERNI DEL CARCERE

ABSTRACT

The elite theory, formalized by G. Mosca and V. Pareto in the end of the 19th century, brings in its salience the naturalization of the social differences since it defines the ruling elites through intrinsic qualities, that is, through individual attributes. Like this, the passivity becomes an essential characteristic of the masses. As we will see, such formulations led to a static conception of the history, in the which the revolutions appeared as transitory "phenomena of disturbance of the social balance, caused by the sudden to substitute of a head class for other", without, for this, to turn the equalitarian society. These conceptions fixed deep roots in the Italian culture, where is formed politics and

¹ Doutoranda em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH/Unicamp. E- email: lualiaga@unicamp.br

intellectually A. Gramsci. For this reason, when treating of the theme of the direction of the labor movement, the sardo communist could not escape from these essentialist propositions of the Italian positivist sociology. In this article we intended to present the critical way as Gramsci develops the problem of the head elites inside the "intellectuals political matter".

Key-words: elite theory, intellectuals, marxism, unit theory-practice.

Os intelectuais nos *Quaderni del Carcere*

O tema dos intelectuais está persistentemente presente em todos os planos de estudos feitos por A. Gramsci para orientar a pesquisa dos *Quaderni*. Estes se estendem de um primeiro esboço (formulado em carta enviada por Gramsci a sua cunhada Tatiana Schucht, ainda em março de 1927, isto é, logo após sua prisão²) até as *Note sparse e appunti per una storia degli intellettuali italiani* registradas no Q. 8³ em 1932, consideradas por Gianni Francioni (1984, p. 78) como um projeto orgânico para a sistematização e desenvolvimento de uma pesquisa sobre os intelectuais.

De acordo com Dora Kanoussi (2007, p. 14), o conjunto de temáticas na obra gramsciana do cárcere articular-se-iam a três grandes eixos, que seriam a teoria dos intelectuais, marxismo e revolução passiva⁴. Conforme sublinha a autora, o tema dos intelectuais ocupa lugar proeminente no pensamento gramsciano muito antes da redação do Q. 12 – caderno

² Tendo sido preso em novembro de 1926, Gramsci passou por prisões em Nápoles, Palermo, na Ilha de Ústica e em Milão antes de receber a sentença de 04 de junho de 1928, que deveria, de acordo com as palavras do promotor Michele Isgrò, “por vinte anos impedir seu cérebro de funcionar” (Cf. Gerratana, 2007, p. LXIII). Frustrando, contudo, as expectativas do ministério público italiano, em janeiro de 1929, Gramsci obtém permissão para escrever na prisão de Torino, sua morada até novembro de 1933, quando será transferido ao cárcere de Civitavecchia. Em 08 de fevereiro de 1929 inicia as primeiras notas que foram reunidas e publicadas após sua morte sob o título *Quaderni del Carcere* (Cf. *idem*). Contudo, muito antes de obter licença para escrever, material para escrita e consulta, além da estabilidade que a freqüente mudança de cárcere lhe negava, Gramsci havia já pensado num plano sistemático de estudo, expresso nesta carta a sua cunhada Tatiana Schucht de 19 de março de 1927.

³ Para simplificação do texto citaremos Antonio Gramsci, *Quaderni del Cárcere*, Torino, Einaudi, 2007, utilizando a letra “Q”, seguida do parágrafo e da página de referência.

⁴ Kanoussi utiliza o marxismo como uma forma mais específica de se referir a teoria da história de Gramsci, assim como utiliza a revolução passiva em lugar do tema americanismo e fordismo porque – para a autora – “o americanismo, tema único do caderno 22, se assume como a versão contemporânea da revolução passiva” (*idem*, p. 58).

monográfico especialmente dedicado ao tema – isto é, está presente desde o primeiro esboço de um plano de estudos até um exame mais pormenorizado em um caderno monográfico (*idem*, p. 15), articulando-se com um conjunto de temas de importância vital para a reflexão do cárcere, como, por exemplo, é o tema do Estado⁵. Francioni destaca a “notável proeminência dada ao tema do cosmopolitismo dos intelectuais italianos como motivo central a partir do qual foi possível a Gramsci começar a reconstruir as linhas da sua história” (FRANCIONI, 1984, p. 83). Para este autor as grandes temáticas do cárcere também seriam três – com uma pequena variação (mais formal que de conteúdo) em relação àquelas apresentadas anteriormente por Kanoussi – são elas: intelectuais, notas de filosofia (que se referem tanto ao marxismo quanto às suas diversas tendências revisionistas) e americanismo e fordismo (*idem*, p. 78-79).

Evidentemente não nos dedicaremos aos parágrafos que tratam do tema dos intelectuais de forma ampla, não é nosso interesse apresentar uma conceituação completa dos intelectuais no pensamento gramsciano. Interessamos especificamente compreender as articulações entre a função dirigente dos intelectuais e a teoria das elites nas notas do cárcere. Em outros termos, trataremos de analisar os parágrafos que relacionam os elementos de política, isto é, a divisão histórica entre dirigentes e dirigidos à “questão política dos intelectuais” conforme expressão utilizada por Gramsci no *Quaderno 11*.

Numa das poucas referências diretas aos elitistas, Gramsci aproxima os conceitos de classe política de Mosca e de elite de Pareto ao seu próprio conceito de intelectual. Sob o sugestivo tema *Storia degli intellettuali*, escreve Gramsci, entre janeiro e fevereiro de 1932, numa nota de única escritura:

Os *Elementi di scienza política* de Mosca (nova edição ampliada de 1923) devem ser examinados para esta rubrica. A chamada ‘classe política’ de Mosca não é mais do que a categoria de intelectual do grupo social dominante: O conceito de ‘classe política’ de Mosca deve ser aproximado do conceito

⁵ Em carta à Tatiana de 07 de setembro de 1931, assim como no Q. 10, § 9, Gramsci afirma: “[...] eu amplio muito a noção de intelectual e não me limito à noção corrente que se refere aos grandes intelectuais. Este estudo conduz também a certas determinações do conceito de Estado [...]” (GRAMSCI, 1977, p. 458).

de 'elite' de Pareto, que é uma outra tentativa de interpretar o fenômeno histórico dos intelectuais e sua função na vida estatal e social (...) (Q. 8, § 24, p. 956-957).

A teoria das elites de Mosca e Pareto – cuja idéia central se funda no “pressuposto minoritário” (ou minoria dirigente) bem como na idéia correlata da passividade política da maioria dos homens – constitui o núcleo daquilo que se tem convencido chamar herança maquiaveliana da teoria política italiana. Isto se deve a um conjunto de temas comuns que torna possível a identificação da teoria elitista como uma moderna interpretação do pensamento de Maquiavel. Dentre estes temas, os mais importantes são: a afirmação do caráter circulatório da história cuja constante é a existência de minorias dirigentes e a conseqüente separação entre governantes e governados, a inevitável degeneração de todas as classes políticas e de todas as instituições, bem como – e este é o ponto mais importante a destacar – a análise da política através da perspectiva do poder. Em outros termos, estes autores, assim como Maquiavel, viam a política “do ponto de vista dos governantes” (Cf. MEDICI, 1990, p. 11 - 13).

De acordo com Bobbio (1988, p. 32), a teoria das elites alcançou uma grande importância na Itália porquanto havia caracterizado o pensamento político nacional dos primeiros anos do século XX e o caracterizou também nos anos seguintes, de forma que se constituiu “uma espécie de marca de fábrica” da cultura política italiana (por esta razão fazia parte também do patrimônio cultural de Gramsci). Isto evidentemente possuía razões bastante concretas. Os intelectuais da Itália na passagem do século XIX para o século XX demonstravam uma forte tendência reacionária com relação à nascente sociedade capitalista porquanto estavam firmemente radicados em velhas premissas culturais. É possível afirmar que havia de fato certo “deslumbramento” em relação a estas premissas, isto é, em relação à cultura aristocrática. Sentimento que não pode ser dissociado de outra ilusão “que de certo momento adiante move amplos setores do mundo intelectual italiano, de uma solução ‘forte’, fundada sobre a afirmação de uma ‘nova’ aristocracia e sobre uma diversa relação entre as elites da opinião pública e o soberano” (ASOR ROSA, 1975, p. 838). Fundados nestas premissas, os intelectuais da

Itália recém-unificada conseguiram “organizar o contra-ataque e fazer da velha cultura uma expressão ideológica fundamental da nova sociedade” (*idem*, p. 837). Este contra-ataque se traduziu em uma aliança – na sua versão intelectual – entre pequena burguesia e forças dominantes parasitárias, que se forma nos últimos anos do século XIX “contra o proletariado, contra a classe industrial e contra a camada política liberal-democrática e socialista”, aliança que se exprime, entre outros, “na vontade turva e freqüentemente confusa de distinguir-se da massa e ao mesmo tempo de comandá-la e de guiá-la” (*idem*).

Como observa Asor Rosa, talvez o pensamento de G. Mosca e V. Pareto, expresso na teoria das elites, com um grau superior de maturidade científica e cultural, não esteja longe deste contexto (*idem*, p. 839). De fato, a ênfase na força como meio de governo; a política como atividade específica das camadas superiores e o papel das elites como guia da massa eram concepções difusas no contexto cultural da Itália unificada e, ao mesmo tempo, revelavam uma significativa similaridade com a teoria elaborada já nos *Systèmes Socialistes* (escrita entre os anos de 1897 e 1901 e publicada em dois tomos em 1902-1903) por Pareto. Teoria que depois de alguns anos é desenvolvida e ampliada no *Trattato di Sociologia Generale*⁶, publicado em 1916.

Em sua teoria política desenvolvida nos *Quaderni del Cárcere*, Gramsci, preocupado sobretudo com a construção do movimento socialista, não pôde esquivar-se destas concepções que faziam parte da cultura política italiana no início do século XX. Ainda que admitisse a existência da divisão entre governantes e governados como uma realidade observável na história e, principalmente, um fundamento da política (Cf. Q. 15, § 4, p. 1.752), negava fortemente a interpretação elitista e a teoria política conservadora na medida em que rejeitava o caráter circular da história e sua conseqüente imobilidade fundada na natureza humana. A naturalização das divisões sociais por meio da definição das elites governantes a partir das qualidades intrínsecas, bem como

⁶ Não esqueçamos as outras obras, que podem ser consideradas como momentos intermediários da compilação *Trattato*, como o *Cours d'économie politique*, publicado em dois volumes entre 1896 e 1897, no qual Pareto antecipa alguns temas do *Trattato*, como por exemplo, a interpretação do Estado ético como uma abstração; a existência em toda a história de uma classe dominante e a inadequação da combinação entre ciência e paixões humanas na análise dos fenômenos sociais. O *Manuale di economia politica*, 1906, nos apresenta alguns conceitos importantes que serão desenvolvidos no *Trattato*, por

a concepção da passividade como característica essencial das massas (Cf. PARETO, 1923, p. 260; BUSINO, 19-- , p. 21) conduziam a uma concepção da história essencialmente estática, na qual as revoluções apareciam como “fenômenos transitórios de perturbação do equilíbrio social, causados pelo repentino substituir-se de uma classe dirigente por outra”, sem, por isto, tornar a sociedade igualitária (BOVERO, 1975, p. 16). Destarte, tratava-se de desnaturalizar a política, isto é, de efetuar a crítica marxista sobre a teoria positivista da natureza humana como definidora das divisões do poder político. Gramsci, como veremos, enfrenta o problema da permanência histórica de elites no poder a partir da crítica histórico-política. Para além da negação da estática da política, importava ao comunista sardo identificar o sujeito da mudança, o moderno príncipe. Por este motivo, nos *Quaderni* a política é analisada não mais do ponto de vista do poder dos governantes, mas agora da perspectiva dos governados, das classes subalternas e da sua potencialidade de superação da aparente e insuficiente democracia liberal. Gramsci, desta forma, assumindo os temas e problemas postos pela teoria política oficial na Itália, reelabora-os no interior da “questão política dos intelectuais” em termos renovadamente críticos.

Contudo, as referências à teoria das elites nos *Quaderni* não são diretas, conforme sublinha Sgambati, uma leitura superficial pode considerar de secundária importância as referências, polêmicas ou analíticas, que Gramsci estabelece com os elitistas. Entretanto, estas referências possuem uma notável agudeza crítica, envolvendo algumas das temáticas fundamentais da teoria política enfrentada por Gramsci no cárcere (Cf. SGAMBATTI, 1977, p. 606).

Por meio de um alargamento do conceito de intelectual, Gramsci chega à concepção de dirigente político, ou, em outros termos, à abordagem política do intelectual como um elemento decisivo para a construção da hegemonia dos grupos em disputa no interior das relações sociais de força. Na análise das relações que se estabelecem entre os intelectuais, as classes sociais e o Estado, está a chave para a compreensão da formação e permanência dos grupos dirigentes, isto é, para a configuração da política como dividida entre classes dirigentes e dirigidas, governadas e governantes.

Base de toda ciência e arte políticas de acordo com Gramsci (Cf. Q. 15, § 4, p. 1.752).

Nos *Quaderni* as primeiras notas referentes aos elementos de política aparecem no interior das questões prementes para o socialismo e sua organização, como aquelas referentes ao partido político e a construção da hegemonia de grupo na sociedade civil e na sociedade política. Contudo, com o desenvolvimento do tema, a conceituação da ciência política bem como o contato crítico com seus expoentes teóricos se tornarão mais explícitos.

Os intelectuais e a classe

A preocupação com a organização e direção de classe pode ser verificada na nota de escritura única (texto B)⁷ registrada entre agosto e setembro de 1930 no Q. 3, cujo título é *Passato e presente. Agitazione e Propaganda*, na qual Gramsci sublinha o estreito nexos entre as classes sociais, os partidos políticos e seus dirigentes. Diz o autor:

As classes expressam os partidos, os partidos elaboram os homens de Estado e de Governo, os dirigentes da sociedade civil e da sociedade política. (...) Não pode haver elaboração de dirigentes onde falta atividade teórica, doutrinária dos partidos, onde não são investigadas e estudadas sistematicamente as razões de ser e de desenvolvimento da classe representada

⁷ V. Gerratana inclui em sua edição crítica dos *Quaderni del Carcere* todas as notas feitas por Antonio Gramsci nos 33 cadernos de tipo escolar escritos na prisão, distinguindo os textos A (de primeira escritura), textos B (de única escritura) e textos C (de segunda escritura). Estes textos C são uma reescritura dos textos A, alguns são retomados sem grandes reformulações, outros sofrem significativas modificações e/ou inserções (Conferir V. Gerratana, 1977, p. XXXVI). Esta forma fragmentária e inacabada que caracteriza a obra do cárcere nos impõe a necessidade da reconstrução do processo de escritura das suas notas, que em suas diferentes versões aludem a um universo numeroso de fontes e aos debates presentes no momento da produção de cada parágrafo. Neste sentido, a metodologia que tem se apresentado mais apropriada - e que procuramos aplicar no presente trabalho - é a chamada "genético-diacrônica". Ela se define pelo esforço de uma "contextualização eficaz" do pensamento político, propondo para isto a reconstrução rigorosa do percurso de formulação conceitual dos textos, compreendendo o próprio momento de formulação como constitutivo do momento histórico no qual os textos foram produzidos ou apropriados (para um tratamento mais detido do assunto cf. BIANCHI, 2009, p. 20). Ferramenta importante para a presente pesquisa é também o trabalho de G. Francioni, que em *L'officina gramsciana* realiza uma meticulosa datação dos parágrafos no interior dos *Quaderni*, possibilitando, assim, o estudo do momento da escritura de cada nota da forma mais precisa possível. Toda a datação adotada aqui, portanto, obedecerá à versão de Francioni.

(Q. 3, § 119, p. 387).

Ao sublinhar que os partidos são expressão das classes sociais e elaboradores de dirigentes da sociedade civil e da sociedade política, Gramsci põe em relevo uma realidade política não imediatamente aparente: o pessoal dirigente de Estado e de Governo está diretamente relacionado às classes sociais. O autor ressalta, assim, o caráter de classe do Estado moderno, isto é, embora os intelectuais pudessem aparecer como uma classe autônoma, como uma casta, desligados do mundo da produção e dos seus interesses econômicos, estes somente poderiam se constituir enquanto dirigentes em função da atividade teórica e doutrinária dos partidos. Neste contexto teórico insere-se a questão registrada ainda em 1930 no Q. 4, § 49: “Os intelectuais são um grupo autônomo e independente, ou cada grupo social tem uma sua própria categoria de intelectuais?” Ao que o próprio autor responde:

Todo grupo social, nascendo sobre o terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, no campo econômico (Q. 4, §49, p. 475).

Na medida em que encontram sua origem nas classes, os dirigentes políticos estão inseridos nas relações de forças sociais e representam, por esta razão, interesses de classes. De acordo com Gramsci, a concepção dos intelectuais como um grupo social destacado da luta de classes explica-se, entre outras, pela ação histórica dos intelectuais tradicionais, isto é, daquelas categorias de intelectuais preexistentes às novas formas de organização econômica e social, da qual os eclesiásticos constituiriam um modelo exemplar. Eles, que monopolizaram durante muito tempo a ideologia religiosa e em decorrência a filosofia e a ciência de um longo período na história, influenciando a educação, a moral e a justiça e que – de acordo com Gramsci – podem ser considerados como categoria intelectual organicamente ligada a aristocracia fundiária, sentem com “espírito de grupo” sua ininterrupta continuidade na história e sua “qualificação”, de modo que colocam a si mesmos como autônomos e independentes do grupo social dominante (Cf.

idem, p. 475). Na reescritura desta nota no Q. 12, §1, o autor acrescenta que é justamente em virtude deste grupo eclesiástico que nasce a acepção geral de “intelectual” ou do “especialista”, isto é, da palavra “clérigo” e de seu correlativo “laico”, no sentido de profano, de não especialista, que subentende uma separação profunda entre o intelectual, o especialista e o homem simples da massa (Cf. Q. 12, §1, p. 1515).

Enquanto o intelectual tradicional caracteriza-se, sobretudo, por representar a ética e a política tornadas anacrônicas em virtude da superação do modo de produção da vida que as sustentava, isto é, devido à implantação de um novo bloco histórico, o intelectual orgânico, pelo contrário, caracteriza-se pela sua ligação aos modernos grupos sociais, que emergem na medida em que superam uma situação social anteriormente dominada e dirigida por antigos grupos no poder. Neste sentido, deve-se compreender que “todo grupo social” cria para si, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais. A diferença entre o tipo de intelectual tradicional e o orgânico, portanto, é essencialmente seu compromisso de classe e, em conseqüência, a posição que assumem em relação à nova formação social, isto é, se é regressiva, se pretende a manutenção das concepções tradicionais, ultrapassadas, ou se é progressiva, isto é, ligada às necessidades econômicas, políticas e éticas dos grupos sociais mais avançados (Cf. *idem*, p. 1513-1514). Diante disto torna-se evidente que a definição de intelectual nos *Quaderni* não pode ser encontrada nas qualidades intrínsecas às atividades intelectuais, mas no conjunto do sistema de relações no qual estas atividades – bem como os grupos que as personificam – se encontram, isto é, no conjunto geral das relações sociais (Cf. *idem*, p. 1516).

É preciso ressaltar, contudo, que esta inovadora concepção da função política dos intelectuais é devedora – por contraste – das teorias sociológicas, objeto de crítica de Gramsci. A atitude de formular conceitos e de fazer análise política por meio da polêmica com os expoentes mais destacados do campo oposto está intrinsecamente ligada à sua formação intelectual. Em carta datada de 15 de dezembro de 1930 a Tatiana Schucht, o autor esclarece que “pensar desinteressadamente” seria muito difícil para ele. Diz Gramsci: “comumente é necessário colocar-me desde um ponto de vista dialógico ou dialético, caso

contrário não sinto nenhum estímulo intelectual” (GRAMSCI, 1977, p. 374). Esta carta lança luz sobre a observação que o autor dos *Quaderni* inclui somente na segunda versão do parágrafo que estamos analisando, isto é, no Q. 12, § 1, redigido provavelmente entre maio e junho de 1932⁸. Entre parênteses consta a advertência de que sua pesquisa sobre os intelectuais não seria de caráter “sociológico”, com isto o autor expressa literalmente sua intenção de evitar as formas esquemáticas e abstratas e de buscar uma conceituação que engendrasses ensaios sobre a história da cultura e da ciência política. Para isto – diz o autor – “a primeira parte da pesquisa poderia ser uma crítica metodológica das obras já existentes sobre a história dos intelectuais, que são quase todas de caráter sociológico” (Q. 12, § 1, p. 1515). Esta atitude metodológica estende-se para outros conceitos no conjunto dos *Quaderni*, como por exemplo, para o partido político. Como observa Pasquale Voza (2008, p. 59), Gramsci estabelece uma “radical distância crítica seja da noção de Croce do partido como ‘prejuízo’, interna à concepção mais geral da ‘política-paixão’, seja da noção ‘sociológica’ de Michels em relação ao chamado ‘carisma’”. A conceituação política dos intelectuais nos *Quaderni*, portanto, claramente se desenvolve, por um lado, em estreita articulação à história da cultura e da ciência política e, por outro lado, em polêmica com a teoria política contemporânea, que se torna especialmente explícita a partir de 1932, principalmente nos cadernos monográficos.

Deste modo, a partir da crítica das concepções essencialistas da sociologia, Gramsci supera a separação entre os homens fundamentada nas qualidades pessoais, de forma que já não existe mais o intelectual – “todos os homens são intelectuais” – para afirmar que as diferenças se referem às funções diversas desempenhadas no conjunto das relações sociais, por isso “nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Q. 12, § 1, p. 1514). Gramsci procura “destruir” o preconceito do senso comum de que existiria uma separação de natureza entre intelectuais e simples, de forma que insere no âmbito da política e da história aquilo que havia se tornado um pressuposto para a ciência e para a arte política – a passividade das massas. Para isto, o autor eleva todos os homens à qualidade de filósofos (Cf. Q. 11, §

⁸ Conforme já observamos, é a segunda versão do Q. 4, § 49 de novembro de 1930.

12, p. 1375), o que obviamente não significa dissolver a filosofia enquanto pensamento sistemático e coerente no senso comum, mas sim “destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo muito difícil pelo fato de ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de cientistas especializados ou filósofos profissionais e sistemáticos” (*idem*).

A questão política dos intelectuais: filosofia, política e história

A superação deste senso comum que afirma a superioridade intrínseca dos dirigentes em relação à massa de dirigidos apresenta-se como um estágio inicial para a criação de uma autoconsciência crítica pelas classes subalternas. A elite de intelectuais, contudo, não deixa de ser necessária, pelo contrário, apresenta-se como elemento fundamental para a superação da passividade das massas. Neste sentido o Q. 8, § 169, escrito em novembro de 1931 e transcrito⁹ no Q. 11 § 12, cuja redação ocorre entre junho e julho de 1932 é de especial valor. De acordo com o texto:

Todavia, nos mais recentes desenvolvimentos da filosofia da práxis, o aprofundamento do conceito da unidade entre teoria e prática permanece ainda numa fase inicial (...). Parece justo que também este problema deva ser colocado historicamente, isto é, **como um aspecto da questão política dos intelectuais**. Autoconsciência crítica significa, histórica e politicamente, criação de uma elite de intelectuais: uma massa humana não se ‘distingue’ e não se torna independente ‘para si’ sem organizar-se (em sentido lato); e não existe organização sem intelectuais, isto é, sem organizadores e dirigentes, ou seja, sem o aspecto teórico da ligação teoria-prática que se distinga concretamente em um estrato de pessoas ‘especializadas’ na elaboração conceitual e filosófica (Q. 11, § 12, p. 1386, grifos nossos).

Ao adotar o critério metodológico de leitura dos fenômenos sociais a partir das relações de força estabelecidas entre os grupos em disputa na

⁹ Ampliado e associado a outras notas A do Q. 8 (§§ 204, 205, 213, 220) e da única nota A do Q. 10 (parte II, § 21). Não há entre a primeira e a segunda escritura uma alteração substancial de conteúdo, pequenas alterações de termos, contudo, devem ser notadas: especificamente no excerto abaixo citado o termo “vanguarda” do texto A aparece como “elite” no texto C. O termo elite ocorre já em várias notas A, contudo, neste caso específico é significativo, já que Gramsci está tratando diretamente da função política dos intelectuais em consonância com a divisão entre dirigentes e dirigidos, o que estabelece uma relação direta com a teoria das elites.

sociedade civil e na sociedade política (Cf. Q. 13, § 17, p. 1578-1589), a passividade intrínseca do homem da massa passa a ser interpretada como uma condição ética e política de subalternidade, histórica e socialmente determinada. Gramsci apresenta o homem simples da massa como um indivíduo racional, intelectualmente apto à filosofia crítica, contudo, ainda imerso em concepções acríticas herdadas do passado, sobretudo da religião e do senso comum. Diante disto, a autoconsciência crítica somente é possível na medida em que ocorra uma elaboração própria da concepção de mundo, de uma maneira consciente, isto é, no momento em que o sujeito consegue ser o “guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade” (Cf. Q. 11, § 12, p. 1375-1376).

Marca da consciência acrítica, imersa no senso comum, é o desacordo entre o pensar e o agir, entre “a concepção que é logicamente afirmada como um fato intelectual” e aquela “que resulta da atividade real de cada um, que está implícita na sua ação”, de forma que a conduta não pode ser autônoma, mas submissa e subordinada (Cf. *idem*, p. 1379). O processo de ativação política e cultural da massa corresponde precisamente à criação da consciência de que “pela própria concepção de mundo pertencemos sempre a determinado grupo”(*idem*), de forma que, se a consciência dos indivíduos das classes populares não é autônoma, torna-se politicamente submissa aos grupos sociais dominantes.

Em outros termos, autoconsciência crítica significa, sobretudo, a compreensão da própria condição de classe e da luta de classes na sociedade. A crítica da concepção de mundo, neste sentido, somente é possível por meio da política, mais precisamente por meio da organização política, de forma que filosofia e política se concatenam num nexos orgânico. Neste sentido diz Gramsci: “não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos” (*idem*). Serão precisamente os intelectuais, como organizadores e dirigentes políticos de classe, o elemento teórico que ao unir-se organicamente ao elemento prático das massas tornarão possível a crítica do desacordo entre o pensar e o agir, o que está diretamente implicado na concretização da autoconsciência das classes subalternas. De acordo com

Gramsci “o problema deve ser colocado historicamente, isto é, como um aspecto da questão política dos intelectuais”.

Depreende-se disto que a filosofia, a política e a história concatenam-se no interior da “questão política dos intelectuais”, em outros termos, a construção histórica de um movimento cultural expressivo, capaz de operar mudanças significativas nas correlações de forças sociais somente é possível na medida em que, por meio da unidade entre filosofia e política, se forma um novo bloco intelectual e moral, capaz de unificar teoria e prática, intelectuais e simples (Cf. *idem*, p. 1382). De forma que a elite de intelectuais não se define pelo seu contraste em relação à massa, ao contrário, ela se define pela sua ligação orgânica com ela. Sua função é precisamente diretiva e organizativa, movida em direção à criação de novos estratos intelectuais vindos das classes populares. A formação de um novo bloco intelectual-moral a partir da unidade orgânica entre intelectuais e simples caracteriza-se, assim, como um dos alicerces da filosofia da práxis¹⁰. Esta – esclarece Gramsci – assume uma posição antitética aos grupos conservadores, em especial aos grupos católicos, na medida em que “afirma o contato entre intelectuais e simples não para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas”, pelo contrário, a filosofia da práxis opera no sentido de tornar politicamente possível “um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais” (Cf. *idem*, p. 1384-1385).

¹⁰ De acordo com Rita Medici (2000, p. 11-12) a expressão “filosofia da praxis” está ligada a certa interpretação do marxismo caracterizada como marxismo italiano. Ela foi elaborada primeiramente por Labriola e mais tarde enfatizada por Gentile nos seus ensaios dedicados à pesquisa da filosofia marxista. A autora sublinha que em sua obra *Discorrendo di socialismo e filosofia*, de 1897, publicada em *La Concezioni materialistica della Storia*, Labriola considera a “filosofia da praxis” como o “miolo” do materialismo histórico (*idem*, p. 12). Conforme esclarece Médiçi, sobre o assunto Michele Martelli teria ressaltado a importância de perceber as mudanças no léxico adotado por Gramsci: a partir do Q. 10 e 11, o autor substitui quase sempre pela a nova expressão “filosofia da praxis” a fórmula “materialismo histórico” usada antes (o termo marxismo é menos utilizado) (Cf. *idem*). É possível perceber também que há uma inclinação em substituir o termo “marxismo” na reescritura das notas. Contudo, esta reescritura não aparece na totalidade dos casos e não é fácil identificar o critério com o qual Gramsci alterna o uso dos termos. A questão é controversa e, ao que parece, ainda não se chegou a uma resposta consensual. Para Médiçi indubitavelmente “não se trata simplesmente de uma expressão sinônima e não significativa, no mesmo sentido admite Gerratana que a expressão “filosofia da práxis” “não é para Gramsci somente um termo convencional”, dado que era utilizado também antes da “reforma criptográfica” feita por Gramsci no curso de 1932 (cf. *idem*, p. 11). Contudo, o mesmo Gerratana adverte cautela ao atribuir significado às variantes criptográficas, dado que aquela revisão ocorre concomitantemente a uma “revisão estilística e conceitual” (Cf. *idem*, p. 36, nota 6).

Gramsci, ao estabelecer um nexos orgânico entre filosofia, política e história insere a criação da elite de intelectuais no interior de uma luta concreta pela conquista de hegemonia entre os grupos antagônicos na sociedade. Para o autor “a compreensão crítica de si mesmo é obtida através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes” (*idem*, p. 1385), de forma que os grupos sociais mais aptos a criar seus próprios intelectuais serão também aqueles mais capazes de universalizar seus interesses de classe para o conjunto da sociedade por meio do consenso em torno de suas demandas, tornando-se efetivamente classe dirigente¹¹. Nesta luta de hegemonias, os partidos políticos alcançam um significado central na medida em que “são os elaboradores das novas intelectualidades integrais” (*idem*, p. 1387). Em outros termos, “estabelecido o princípio de que existem dirigidos e dirigentes, governados e governantes (...) os partidos são até agora o modo mais adequado para elaborar os dirigentes e a capacidade de direção” (Q. 15, §4, p. 1753).

De acordo com o autor, os partidos políticos alcançam significado e importância centrais no mundo moderno na medida em que funcionam como veículos de elaboração e difusão de concepções de mundo, isto é, como elaboradores da filosofia e da política adequadas aos grupos sociais (Cf. *idem*). Neste sentido a relação entre teoria e prática no interior dos partidos deve ser tão estreita quanto mais “vitalmente e radicalmente inovadoras” forem as novas concepções de grupo em relação aos antigos modos de pensar (Cf. *idem*). Isto implica em que as classes subalternas, que pretendem substituir os grupos no poder, devem necessariamente – pelo seu caráter inovador e antagônico – construir um bloco intelectual e moral mais compacto. Esta inovação só pode tornar-se de massa em seus primeiros estágios – adverte o autor – “por intermédio de uma elite na qual a concepção implícita na atividade humana já se tenha tornado, em certa medida, consciência atual e coerente, sistemática e

¹¹ De acordo com Gramsci “uma classe é dominante de dois modos, isto é, é ‘dirigente’ e ‘dominante’. É dirigente das classes aliadas e dominante das classes adversárias (...). Pode-se e deve-se ser uma ‘hegemonia política’ também antes da chegada ao Governo e não há necessidade de fundar somente sobre o poder e sobre a força material que ele proporciona para exercer a direção ou hegemonia política” (Q. 1, § 44, p. 41). Note-se que o termo hegemonia aparece tanto como direção e dominação de classe, quanto como sinônimo de consenso, distinto de coerção, ou de direção de uma classe ou grupo social sobre as classes e

vontade precisa e decidida” (*idem*). A afirmação da necessidade de uma elite dirigente no partido, portanto, constitui-se no ponto de partida de um processo que se move no sentido de eliminar as diferenças entre dirigentes e dirigidos. Contudo, tal como a unidade entre teoria e prática, a eliminação da separação entre dirigentes e dirigidos é um devir, ou seja, não pode ser realizado de um salto, mas somente como parte de um processo histórico, neste sentido diz o autor: “uma parte da massa, ainda que subalterna, é sempre dirigente e responsável, e a filosofia da parte precede sempre a filosofia do todo, não só como antecipação teórica, mas também como necessidade atual” (*idem*, p. 1389).

REFERÊNCIAS

ALBERTONI, E. A. **Storia delle dottrine politiche in Itália**. Milão: Arnoldo Mondadori Editore, 1985.

ASOR ROSA, A. “La cultura”. In _____. **Storia d’Italia**, v. 4, tomo II, Torino: Einaudi, 1975.

BIANCHI, A. **Uma tradição interrompida: Antonio Gramsci e a Ciência Política italiana**. Projeto CNPQ, Campinas: UNICAMP, 2009.

BOBBIO, N. “Gramsci e la teoria política”. In: SBARBERI, F (org.). **Teoria política e società industriale – ripensare Gramsci**. Torino: Bolati Boringhieri, 1988.

BOVERO, M. **La teoria dell’élite**, Torino, Loescher Editore, 1975.

BUSINO, G. **Elites e Elitismo**, Porto: Rés-Editora, 19--.

GERRATANA, G. “Cronologia della vita di Antonio Gramsci”, in: **Quaderni del Carcere**, v. 1, Torino, Einaudi, 1977.

GRAMSCI, A. **Lettere dal Carcere**, Torino, Einaudi, 1977.

FRANCIONI, G. **L’Officina Gramsciana: Ipotesi sulla struttura dei “Quaderni de Carcere”**. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

KANOUSI, D. **Los cadernos filosóficos de Antonio Gramsci: de Bujarin a Maquiavelo**. México, Plaza y Valdés, 2007.

MEDICI, R. **La metáfora machiavelli – Mosca, Pareto, Michels, Gramsci**. Modena: Muchi, 1990, p. 11.

_____. **Giobbe e Prometeo** – Filosofia e Política nel Pensiero di Gramsci. Firenze, Alínea, 2000.

PARETO, V. **Trattato di sociologia Generale**. Firenze: G. Barbera, 1923.

_____. **I Sistemi Socialisti**. Torino: UTET, 1974.

_____. **Scritti Politici**. vol. II. Torino: UTET, 1974^a.

_____. **Corso di Economia Política**, a cura de G. Palomba, Torino: UTET, 1987.

SGAMBATTI, V. "Per un'analisi del rapporto tra Gramsci e gli èlitisti". *In* Ferri, F. (org.). **Politica e Storia in Gramsci**. Roma: Riuniti/ Istituto Gramsci, 1977.

VOZA, P. **Gramsci e La "continua crisi"**. Roma, Carocci, 2008.